

Entrevista com José Maria Jardim

Interview with José Maria Jardim

Angelica Alves da Cunha Marques

Arquivista, mestre e doutora em Ciência da Informação (Universidade de Brasília, UnB), com pós-doutorado na UnB e na École nationale des chartes (Sorbonne, França). Professora do curso de Arquivologia da UnB e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2413567691663920>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4642-5912>

E-mail: angelicacunha@unb.br

Diogo Baptista Pereira

Diretor do Centro de Documentação do AGCRJ, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ibict/UFRJ). Mestre no Programa de Pós-Graduação de Gestão de Documentos e Arquivos (UNIRIO).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8609415636121714>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7319-6361>

E-mail: soupereira.diogo@gmail.com

Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. N.31, 2026, P. 323-361. DOI: 10.65625/w26kh888.

<https://revistaagcrj.rio.br>



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Entrevista realizada por Angelica Marques, Prof^a. Dra. do curso de Arquivologia da UnB, e por Diogo Pereira, diretor do Centro de Documentação do AGCRJ, com José Maria Jardim, em 12 de maio de 2026.

Apresentação

O prof. Dr. José Maria Jardim é Professor Titular aposentado do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Historiador de formação, com Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação. É pesquisador, ex-técnico do Arquivo Nacional e ex-diretor do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

A quantidade de atividades profissionais de José Maria Jardim em sua trajetória só não impressiona mais do que a coerência de sua produção intelectual e a sua capacidade de transformar a experiência prática em problemas de pesquisa e ensino. A sua atuação na administração pública, sobretudo no Arquivo Nacional, entre 1981 e 1991, e no próprio AGCRJ, em 1993, evidencia que a sua reflexão teórica se constituiu em estreita relação com a necessidade de produzir respostas concretas para a modernização institucional e a gestão de documentos no país.

O ingresso de Jardim na universidade, como docente, transformou essas experiências práticas em problemas de pesquisa e ensino. Como ele explicitamente afirma, não chegou a temas como políticas arquivísticas, sistemas de arquivos, posição periférica das instituições arquivísticas, opacidade informacional e relações entre arquivos, Estado e sociedade por uma via abstrata: foram problemas inicialmente vividos nas instituições e posteriormente convertidos em objetos de investigação. Essa articulação ajuda a compreender a coerência entre a sua trajetória profissional e as categorias recorrentes em sua produção teórica, como políticas públicas arquivísticas, sistemas de arquivos, gestão de documentos, informação governamental, transparência e opacidade, institucionalidade arquivística e relações entre Estado e sociedade.

Autoridade no campo das políticas públicas arquivísticas, nada mais natural que o professor Jardim seja mobilizado para refletir sobre os arquivos não apenas como instituições de guarda ou serviços técnicos, mas como componentes fundamentais do funcionamento do Estado, permeados pelas demandas da sociedade.

Desta vez, o pesquisador e docente aborda a sua vasta experiência prática e teórica para debater a Arquivologia na contemporaneidade, eixo temático deste dossiê. Na conversa, categorias recorrentes em sua trajetória são retomadas diante da transformação digital: a gestão de documentos é compreendida não como uma operação meramente técnica, mas como uma dimensão da governança pública, em que gestão, preservação, acesso e memória são concebidos como partes interdependentes de um mesmo processo.

O registro desta entrevista documenta a visão de quem conhece as instituições de perto e sistematiza a compreensão dos arquivos como infraestrutura do Estado, da cidadania e da democracia.

José Maria Jardim



Fonte: Acervo do autor (2026)

Diogo Pereira: É uma alegria participar desta conversa com o professor José Maria Jardim, da UNIRIO, e com a professora Angelica Marques, da UnB/IBICT, duas pessoas por quem tenho grande admiração intelectual e pessoal. Sou Diogo Baptista Pereira, gerente do Arquivo Permanente do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

O professor José Maria Jardim possui uma trajetória fundamental para a Arquivologia brasileira, com contribuições relevantes para os debates sobre governança arquivística, políticas públicas informacionais, gestão de documentos, acesso à informação, entre outros temas centrais da área.

Gostaria de mencionar, em especial, a importância do professor Jardim para a minha formação acadêmica, pois foi meu orientador na graduação em Arquivologia e teve papel decisivo no início dos meus estudos sobre mídias

sociais e Arquivologia. Da mesma forma, agradeço à professora Angelica, com quem venho desenvolvendo diálogos importantes em torno desses temas, especialmente no que se refere à preservação, custódia, acesso e aos documentos privados de interesse público.

Feito esse registro inicial, professor José Maria Jardim, gostaria que o senhor compartilhasse conosco um pouco de sua experiência na administração pública, especialmente no Arquivo Nacional e no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

José Maria Jardim: Gostaria de agradecer a oportunidade dessa conversa, especialmente com vocês dois, que fazem parte da minha trajetória em momentos e situações distintas. São pessoas com as quais mantive e mantenho diálogos muito importantes, porque os trajetos que fazemos, tanto na vida pessoal quanto na profissional, são mais ou menos qualificados pelas possibilidades de diálogo com aqueles com quem convivemos. Então, é uma satisfação estar aqui com vocês falando de uma temática que me é muito cara e sobre a qual me sinto muito à vontade.

A minha passagem pela administração pública foi decisiva para a forma como passei a compreender os arquivos, especialmente os arquivos públicos, pois foi a partir dessa experiência que pude perceber os arquivos não apenas como instituições de guarda ou como serviços técnicos, mas sim como parte do funcionamento do Estado. Aliás, como produção de ação estatal e, ao mesmo tempo, como espaços atravessados por demandas sociais.

No Arquivo Nacional, entre 1981 e 1991, essa vivência ocorreu num momento muito particular, que foi o processo de modernização institucional do Arquivo Nacional. Foi um ambiente em que muitas questões arquivísticas, no sentido macroarquivístico e microarquivístico, estavam sendo discutidas coletivamente

por uma equipe muito jovem, que se defrontava com uma realidade sem antecedentes no Brasil. Naquele momento, havia uma preocupação real em compreender as relações entre documentos, arquivos, sujeitos produtores, Estado e sociedade.

Essa reflexão era fundamentalmente teórica, porque estudávamos muito. Considero aquele período como uma grande escola, literalmente, em vários sentidos. Estudávamos, inclusive, a linguagem da burocracia, a linguagem administrativa. Lembro-me, por exemplo, de que Antônio Houaiss¹ ia ao Arquivo Nacional dar aulas sobre esse tema.

Havia uma reflexão teórica voltada a conferir consistência prática, institucional e política ao próprio processo de modernização, porque as dimensões macro e micro se atravessavam cotidianamente. Ou seja, precisávamos entender o processo de produção, de acumulação e, ao mesmo tempo, criar uma metodologia arquivística, até então inexistente, que permitisse a identificação de fundos arquivísticos nos ministérios.

Esse diálogo entre a reflexão teórica mais ampla e a produção de soluções que dessem respaldo às ações era muito rico, instigante, desafiante e angustiante. No meu caso, o contato com a administração federal foi muito importante para a minha trajetória posterior, pois, em determinado momento, passei a trabalhar com ações de assistência técnica junto aos ministérios, no contexto das primeiras iniciativas de gestão de documentos nesses órgãos. Naquele período, viajava com frequência para Brasília, além de acompanhar órgãos no Rio de Janeiro, e era possível perceber concretamente como a máquina pública acumulava e usava seus documentos, lidava com eles por meio das soluções mais diversas ou os negligenciava e perdia.

Ou seja, era absolutamente novo para todos nós, o que permitiu compreender por dentro os limites das áreas de arquivo, não apenas no Arquivo Nacional, mas também nos serviços arquivísticos dos órgãos federais. É impossível compreender esse retrato, essa imagem imediata, sem considerar a dimensão teórica do Estado, especialmente o Estado brasileiro como artefato histórico. Essa vivência vai mostrando uma tensão permanente. De um lado, o aprofundamento na missão pública dos arquivos, a sua importância para a memória, para os direitos sociais, para a transparência, para o funcionamento do Estado; e, do outro, a constatação da precariedade política, administrativa, orçamentária, enfim, de infraestrutura, que frequentemente marcava esses serviços.

Durante a atuação na coordenação do Sistema Nacional de Arquivos, mantive contato frequente com arquivos estaduais e municipais. Foi uma experiência importante, na qual foi possível perceber uma diferença fundamental entre formular princípios e implementar políticas públicas. Porém, ficava evidente que afirmar a importância dos arquivos e transitar por ministérios ou gabinetes governamentais com esse discurso não era suficiente. Era necessário transformar esses princípios em instrumentos, recursos, pessoal qualificado, procedimentos, autoridade administrativa e capacidade de coordenação – elementos então inexistentes. Isso é especialmente difícil quando lidamos com uma área, como a dos arquivos, historicamente periferizada dentro do Estado brasileiro.

No Arquivo Geral da Cidade, em 1993, encontrei questões estruturalmente semelhantes, ainda que em outra escala e com outras especificidades, porque se tratava de um Poder Executivo municipal de grande porte, numa cidade de enorme relevância histórica, simbólica e administrativa; mas as questões de fundo permaneciam. Como situar o Arquivo da Cidade no funcionamento da administração pública? Como estruturar a gestão de documentos? Como

garantir preservação, acesso, continuidade institucional, reconhecimento social e diálogo com a sociedade? Evidentemente, as alternativas para um arquivo municipal, ou para um poder executivo municipal, não são as mesmas da administração pública federal. Ainda assim, os problemas estruturais dialogavam muito entre si. Essas experiências foram fundamentais porque me permitiram constatar que o quadro dos arquivos na administração pública expressa uma materialidade própria: a materialidade do Estado.

Isso foi possível, sobretudo naquele momento, quando se verificou que os arquivos constituem uma expressão muito contundente dessa materialidade. As instituições arquivísticas nascem de uma ação administrativa, das rotinas, das decisões, dos conflitos, das omissões e dos exercícios do poder. Isso às vezes é mal compreendido hoje, porque se consideram os documentos oficiais menos relevantes para a sociedade do que outros documentos, igualmente importantes. Os documentos governamentais não são menos relevantes; pelo contrário, são extremamente expressivos.

Quando deixo a gestão pública e vou para a universidade, esse universo passa a ser meu objeto de pesquisa. Saio dessa experiência com muitas inquietações, com uma série de questões que estavam na base de um conjunto de perguntas que carrego até hoje. Ou seja, não passei a estudar e a pesquisar uma série de temas na Arquivologia a partir de uma abstração. Não faço nenhum julgamento sobre percursos diferentes, que também podem ser relevantes, mas esse percurso se deu a partir de uma experiência muito concreta.

Esse percurso se deu a partir de uma vivência muito contundente, que, em 1993, já somava 12 anos e me havia transformado profundamente, pessoal e profissionalmente. Passei a pesquisar problemas que havia vivido institucionalmente: a fragilidade daquilo que se interpretava como política

arquivística, a recorrência ao modelo sistêmico de arquivos, a posição periférica dos arquivos no Estado, a opacidade informacional e a dificuldade de transformar os arquivos em objeto efetivo de política pública.

Retrospectivamente, diria que a passagem pela administração pública – incluindo a experiência no Arquivo da Cidade, quando eu já estava havia um ano na universidade – me proporcionou uma compreensão muito concreta. Isso não quer dizer que estivesse resolvida; eu diria, antes, que se traduzia numa angústia muito definida sobre os arquivos como problema de Estado, de gestão, de memória e de cidadania. A universidade me permitiu transformar essa experiência em reflexão, pesquisa, crítica e ensino, e essa talvez seja a principal marca desse trajeto: a tentativa de pensar os arquivos, especialmente os públicos, como parte das formas pelas quais o Estado se organiza ou não se organiza, se torna visível ou invisível, presta contas de si mesmo à sociedade, preserva ou não direitos sociais, constrói ou possibilita a construção de memórias e, por meio desses processos, se relaciona com a sociedade – e a sociedade com o Estado.

Angelica Marques: Boa tarde, Prof. José Maria Jardim. Vou me apresentar àqueles que vão ler e ouvir a entrevista. Sou Angelica Marques, professora do Curso de Arquivologia da UnB e do programa de pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT. Antes de tudo, gostaria de ratificar o agradecimento pela sua disponibilidade e generosidade em compartilhar conosco parte da sua longa trajetória nos arquivos, tanto na perspectiva prática quanto teórica.

Nesta entrevista, nós retomamos a entrevista que você concedeu em maio de 2008, à Beatriz Kushnir e à Maria Célia Fernandesⁱⁱ, e lá você já mencionava algumas dessas questões relacionadas à gestão da informação governamental, questões de transparência, de opacidade, o *locus* periférico das instituições arquivísticas. E o que nós gostaríamos de saber é, depois de

passado esse tempo, como que você compreende essas questões na gestão e na preservação arquivística de documentos no Brasil, hoje?

José Maria Jardim: Essas questões continuam muito atuais, embora o cenário em que emergiram tenha se transformado em vários sentidos. Quando mencionei, naquela entrevista, a gestão da informação governamental, a natureza dessa informação, a transparência e a opacidade do Estado, procurei ressaltar algo que ainda me parece central. A centralidade dos arquivos para o funcionamento do Estado pode, às vezes, parecer externa a ele. No entanto, os arquivos são produzidos pelo próprio Estado; nascem de suas ações, decisões, rotinas, conflitos e omissões. Por isso, pensar a gestão e a preservação arquivística de documentos no Brasil exige compreender a natureza desses documentos e dessa informação governamental – dessa informação arquivística, que é singular por seus valores administrativos, jurídicos, políticos e sociais e pelo que documenta em termos de decisões públicas. Ela afeta direitos, permite o controle social, sustenta políticas públicas e torna possível – e este é um ponto importante – responsabilizar agentes e instituições públicas. Ao fim e ao cabo, tudo isso tem a ver, de maneira muito forte, com a democracia.

É por essa razão que a gestão de documentos não pode ser pensada ou reduzida a uma atividade técnica operacional. Essa dimensão técnica é fundamental, mas a gestão de documentos constitui também uma dimensão essencial da governança pública. Quando um órgão público não classifica, não avalia, não preserva, não controla, não dá acesso aos documentos, nós não estamos diante apenas de um problema arquivístico interno, nós estamos diante de um problema de Estado: de transparência, de memória, de cidadania, de democracia. O que mudou – e isso nem sempre é evidente – é que hoje essas questões se apresentam em um ambiente mais complexo, porque a sociedade brasileira tem adquirido outras feições, em que pesem as suas

bases estruturais de sempre; e porque o Estado brasileiro também se complexifica, em que pesem as suas bases estruturais de sempre.

A produção documental digital amplia enormemente esses desafios. Os documentos estão em plataformas, bases de dados, ambientes colaborativos e repositórios, frequentemente pouco integrados e quase sempre sem interfaces com a dimensão arquivística. Muitas vezes, a gestão de documentos chega tarde, quando esses sistemas já foram implantados, os fluxos já foram definidos e os riscos de perda, fragmentação e descaracterização dos documentos já estão instalados.

Isso reforça uma ideia que considero fundamental e reconhecida na área: a transformação digital do Estado, inerente ao Estado capitalista contemporâneo, não pode prescindir da Arquivologia. Algumas experiências internacionais são interessantes porque conseguem equacionar melhor a interface entre as ações de transformação digital e a gestão arquivística. Digitalizar serviços, informatizar processos ou criar sistemas informáticos não significa automaticamente garantir uma boa gestão da informação governamental. Sem requisitos arquivísticos, controle de autenticidade, avaliação, temporalidade, preservação digital e políticas de acesso, a digitalização pode produzir novas formas de opacidade.

A opacidade do Estado brasileiro não desaparece como por encanto com o avanço das tecnologias, nem mesmo com o avanço importante da legislação de acesso à informação; ao contrário, reconfigura-se. Antes, muitas vezes, estava associada à dispersão física, à precariedade dos arquivos e ao desconhecimento dos acervos, elementos que ainda persistem. A ausência de instrumentos de recuperação da informação, a cultura do sigilo e a baixa valorização dos serviços arquivísticos, ainda que tenham melhorado um pouco, seguem presentes.

Mas há também uma espécie de opacidade digital, produzida por sistemas fechados, bases de dados pouco transparentes, ausência de metadados adequados, perda de contexto, dificuldades de preservação dos documentos nato-digitais e pouca integração com a gestão de documentos. E, mesmo quando esta está institucionalizada, isso não significa que tenhamos superado o déficit de gestão de documentos que começamos a enfrentar, já com atraso, na década de 1980. A questão tem, portanto, duas faces: os desafios dos documentos digitais e o passivo documental analógico acumulado.

Não basta afirmar que o Estado é mais transparente porque produz mais dados ou disponibiliza informações em portais. Há vários portais importantes, e isso representa um avanço significativo para o cidadão, pois facilita a sua vida; não ignoro isso. Mas há uma série de questões que a institucionalidade arquivística e, de modo geral, as instituições arquivísticas brasileiras – ao contrário do que ocorre em países que avançaram mais nesse desafio – não têm conseguido enfrentar. Que documentos estão sendo produzidos nesse processo de transformação digital? Como estão sendo controlados? Quem define a sua temporalidade? Como se garante a sua autenticidade? Sei que há iniciativas relevantes e nichos de excelência a esse respeito; não os ignoro, estou falando em termos gerais. O que será acessado no futuro? O que permitirá efetivamente comprovar direitos, reconstruir decisões e responsabilizar o poder público? Isso tudo está verificado? Está claro? Tenho muitas dúvidas.

Ou seja, o lugar periférico das instituições arquivísticas nesse cenário de transformação digital continua sendo um problema estrutural. Apesar de avanços importantes, que devem ser reconhecidos, esses arquivos, sobretudo os arquivos públicos, mas não apenas eles, continuam sendo frequentemente tratados como áreas auxiliares ou meramente culturais. Ao falar em “meramente culturais”, refiro-me ao tratamento da instituição arquivística

quase como se fosse apenas um centro cultural. Isso não significa desconsiderar a enorme importância das atividades culturais que ela possa desenvolver. Vejo, porém, essa redução muito naturalizada, em vários níveis. E essa questão acaba escamoteando a importância de uma série de pontos que, a meu ver, foram levantados nos anos 80 até o início dos anos 90, não se sedimentaram como agenda pública de fato na área e isso gera um déficit no funcionamento do Estado democrático.

Considero que o desafio atual ainda é deslocar os arquivos da periferia para o centro da governança pública, tarefa que cabe aos profissionais do campo. Se fosse muito simples, em que pesem críticas que a gente possa fazer a uma série de ações e de omissões a esse respeito, nunca ninguém pensou que isso seria simples, nunca ninguém pensou que a publicação da Lei de Arquivos em 1991ⁱⁱⁱ fosse gerar um day after em que isso tudo ia se resolver. Mas o fato é que a pauta desse deslocamento está menos evidente atualmente do que já foi. Hoje, mais ainda do que nos anos 1980, esse deslocamento significa reconhecer a transversalidade dos arquivos como instituições de informação. Eles dialogam com administração, com tecnologia da informação, com controle interno, que era algo que não estava tão nítido nos anos 80, 90, com transparência, com proteção de dados, com memória institucional, com direitos sociais, com cultura, com pesquisa histórica.

Isso significa também, e isso não é de agora, o cuidado em não cairmos numa separação artificial entre gestão de documentos de um lado, preservação, acesso e memória do outro. Essas dimensões fazem parte de um mesmo processo. Não há acesso consistente sem gestão de documentos, não há preservação sustentável sem avaliação e sem controle, e não há memória pública sem documentos autênticos e contextualizados; hoje, nesse cenário de transformação digital, ainda não sabemos em que medida esses requisitos estão sendo garantidos.

Trata-se de uma questão microarquivística e, ao mesmo tempo, macroarquivística. Não há transparência efetiva sem informação governamental organizada, preservada e acessível. Essa compreensão é particularmente importante no Brasil, marcado por grandes desigualdades institucionais. Como mencionei, há órgãos com experiências avançadas, mas também muitos arquivos públicos sem estrutura mínima, equipe suficiente, orçamento, infraestrutura adequada, preservação digital ou autoridade institucional efetiva. Alguns sequer conseguem manter um site. Apesar da autoridade conferida pela lei, muitas vezes não conseguem exercê-la. Assim, a precariedade não é apenas técnica, mas também política e administrativa.

Considero que essa questão também precisa ser mais investigada. Qual é a distância entre o projeto desenhado no início dos anos 1990, que culmina com a Lei de Arquivos e com a criação do CONARQ, e a situação que encontramos hoje? Por exemplo, os arquivos estaduais parecem estar, pelo menos até onde pude observar há cerca de cinco anos, em uma situação mais precária do que há 15 ou 20 anos. Não disponho, contudo, de dados sistematizados sobre isso.

Compreendo que a questão arquivística brasileira precisa ser pensada como uma questão de política pública, porque é uma questão de poder. Ela envolve, sim, normas, sistemas e boas intenções, mas isso não é suficiente. Envolve instrumentos, recursos, metas e mecanismos de coordenação e avaliação, que não se encontram apenas na legislação. É uma questão de como tirar isso do chão e enfrentar, de modo mais explícito, a relação entre arquivos, Estado e sociedade, delineada há 40 anos, mas ainda não confrontada no nível necessário. A transparência, portanto, não se reduz à resposta a pedidos de informação ou à publicação ativa em portais. Ela depende de uma infraestrutura documental e de documentos bem produzidos, classificados, preservados e acessíveis, pois o direito à informação começa muito antes do

pedido do cidadão. Começa na forma como o Estado produz, organiza e preserva os seus documentos. Isso é, ao fim e ao cabo, uma questão de gestão de documentos e de atuação das instituições arquivísticas. Apesar do poder atribuído a essas instituições pela Lei de Arquivos, cabe perguntar: tem havido diálogo com os atores envolvidos nesse processo? O mesmo se aplica à preservação, que não pode ser reduzida à questão da guarda, pois começa na produção dos documentos, na definição de sistemas de metadados, nas estratégias de preservação e na garantia de continuidade.

Em síntese, compreendo hoje que aquelas questões se tornaram ainda mais decisivas. A informação governamental continua, claro, sendo um campo de poder; a opacidade continua sendo uma construção institucional, agora atravessada com as tecnologias digitais; e os arquivos continuam num lugar paradoxal: são indispensáveis para os direitos, a transparência, a memória e a responsabilização, mas permanecem muito periféricos nas prioridades do Estado.

Acredito que ainda há pouca produção de conhecimento sobre isso. Não é a Ciência Política nem a Administração Pública que, necessariamente, se veem motivadas a pesquisar essas questões. Pelo contrário, é um trabalho do campo da Arquivologia. O desafio, portanto, é saber como romper esse paradoxo. A gestão e a preservação precisam ser reconhecidas pelo Estado como parte da infraestrutura democrática. Dizem respeito, sim, ao passado e à memória institucional, mas também à capacidade do Estado de funcionar, hoje, com responsabilidade; de prestar contas, garantir direitos, preservar evidências e permitir que a sociedade compreenda e discuta os sentidos da ação pública.

Os arquivos continuam sendo um lugar contraditório e, perversamente, privilegiado para observar a relação entre transparência e opacidade no Brasil. Mostram o que o Estado registra, o que preserva, o que esquece, o que torna

acessível e o que mantém invisível. Discutir arquivos hoje, portanto, continua sendo discutir gestão pública, tecnologia, direitos, memória social e democracia.

Diogo Pereira: Professor, na mesma ocasião, o senhor afirma que a sua gestão, ainda que curta, teria deixado, por um conjunto de circunstâncias, algumas marcas futuras para o Arquivo. Gostaríamos de saber quais foram essas marcas e quais repercussões elas tiveram.

José Maria Jardim: Passados 33 anos dessa experiência como diretor do Arquivo da Cidade, que foi extremamente significativa, e 18 anos depois daquela entrevista, essa é uma pergunta que precisa ser respondida com muita cautela.

Sou suficientemente, às vezes demasiadamente, autocrítico para saber que não me cabe avaliar sozinho as repercussões de uma gestão curta e realizada em circunstâncias muito específicas. Considero que seja possível apontar alguns elementos do que se procurou afirmar naquele momento, não apenas individualmente, mas como equipe. Não quero me eximir de minhas responsabilidades, mas é preciso reconhecer o trabalho de pessoas muito qualificadas que atuaram na gestão do arquivo e aceitaram o convite para participar daquele processo. Liderei a gestão, mas tive o privilégio de trabalhar com pessoas competentes, tanto as que já estavam no Arquivo quanto aquelas que chegaram à instituição naquele momento.

Sempre acreditei, e continuo acreditando, no trabalho em equipe. A experiência no Arquivo Nacional, como já mencionei, forneceu muitos parâmetros sobre gestão arquivística. Ao mesmo tempo, havia muita clareza sobre a especificidade do Arquivo da Cidade, por se tratar de um arquivo municipal muito singular, inclusive pela relevância histórica do Rio de Janeiro. O contato com muitos arquivos municipais nos anos em que estive no Arquivo Nacional

também foi decisivo, pois colocou em evidência as singularidades dessas instituições arquivísticas municipais. Quando assumi a direção do Arquivo da Cidade, tudo isso estava muito presente.

O Rio de Janeiro tem uma história administrativa, social, urbanística e cultural muito complexa. Desse modo, o Arquivo da Cidade é uma instituição fundamental para que essa história possa ser conhecida, interpretada, debatida. Um objetivo fundamental na direção do Arquivo, naquele momento, foi começar a criar condições para situá-lo não apenas como uma instituição de guarda de documentos – função que exercia com limitações –, mas como um ator capaz de adquirir relevância na administração municipal em termos de gestão de documentos. Esse já era um objetivo ambicioso. Em pouco tempo, produzimos alguns diagnósticos preliminares que apontavam para um projeto institucional mais robusto, mas, pelo menos enquanto estive lá, não houve tempo de submetê-lo à prefeitura.

E, mesmo que houvesse tempo, eu tinha plena clareza de que a condição administrativa do Arquivo Geral da Cidade, o seu lócus na estrutura da administração da prefeitura, naquela altura, sinalizava algo que seria muito complexo, em termos de pactuação política e de implementação. A instituição não era diretamente subordinada à Secretaria; estava vinculada a uma superintendência de documentação, à qual também estavam vinculados o Arquivo e as bibliotecas regionais. Contudo, mantinha uma posição muito reduzida na Secretaria de Cultura, com autonomia financeira e administrativa praticamente nula. E, a “cereja do sundae”: não possuía arquivista!

Evidentemente, havia pessoas muito dedicadas trabalhando no Arquivo da Cidade, mas não havia arquivista. A esse respeito, mencionei o problema em uma entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*^{iv}. Na época, o prefeito César Maia leu a entrevista e encaminhou um bilhete à Secretaria de Cultura

questionando a situação. De minha parte, pensei que era uma forma de enfatizar a necessidade de um concurso.

Outro ponto, naquele momento, era a gestão de documentos. A Lei de Arquivos já existia, e a ideia seria construir uma ação nesse sentido. Na verdade, diante dessa condição administrativa e da precariedade de recursos, tentávamos encontrar possibilidades para começar. Neste sentido, procurei ressaltar com a equipe a dimensão pública e cultural do arquivo, dimensão que, aliás, o Arquivo já cumpria com competência. A parte das exposições, por exemplo, o setor de pesquisa do arquivo desenvolvia muito bem.

Se houve repercussões, também é algo muito difícil de avaliar. Não as vejo como resultado de uma ação individual, mas como afirmação de uma agenda institucional: a de um Arquivo Geral da Cidade ocupando um lugar mais ativo no debate arquivístico, cultural e administrativo da cidade. Fizemos algo muito rico: um planejamento coletivo. Foi a primeira vez que o corpo de funcionários se envolveu numa experiência desse tipo, e ela foi muito significativa.

Uma série de questões foi sinalizada com propriedade e robustez. Talvez tenha sido possível avançar em algumas delas. E, se foi possível, foi graças à participação dos servidores da instituição, que foram muito receptivos e acolhedores, e aqui devo mencionar uma assessoria informal e fundamental de Maria Odila Fonseca^v. Maria Odila foi uma personagem decisiva. Aliás, era uma experiência delicada: reunir toda a equipe numa sala e propor uma metodologia de planejamento participativo. Afirmar que, como diretor, preferia não conduzir diretamente esse processo. Maria Odila coordenou o trabalho de maneira brilhante, e dele resultou um documento de planejamento para 1993, ano em que eu já não estava na instituição.

Foi uma experiência curta, mas extremamente rica. Mantenho um profundo carinho pelo Arquivo da Cidade, que eu já frequentava. O Arquivo acolhia eventos da área. Recebeu, inclusive, Michel Duchein^{vi} durante uma de suas visitas ao Brasil; ele proferiu palestras no Arquivo da Cidade.

Enfim, foi nessa gestão que comemoramos o aniversário do Arquivo. Foi um momento de celebração, mas trabalhou-se muito nessa tentativa de reconfigurar a vocação da instituição, e isso estava presente no planejamento. Sabíamos que esse era um trabalho lento, difícil, sobretudo politicamente complicado, porque, ao fim e ao cabo, embora não estivesse explícito, significava não apenas reposicionar o Arquivo dentro da Secretaria de Cultura, mas até retirá-lo dessa Secretaria.

Angelica Marques: Considero que você já adiantou um pouquinho da questão que eu apresento agora, mas de toda forma vou apresentá-la caso você tenha algum ponto para complementar. Na mesma entrevista, de 2008, você se refere ao protagonismo que o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro poderia assumir na discussão da questão arquivística em suas várias dimensões no Rio de Janeiro. Você entende que a instituição teve esse protagonismo e, se sim, como?

José Maria Jardim: Observo que o Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro tem vocação para exercer esse protagonismo em dois níveis. O primeiro se estabelece na medida em que a instituição exerce a missão prevista na Lei nº 8.159. Ou seja, como instituição arquivística capacitada para liderar, no Executivo municipal, a gestão de documentos, seu recolhimento, sua preservação e seu acesso, além de atuar na formulação e na implementação de uma política municipal de arquivos.

Essa é uma missão que depende de condições institucionais que nem sempre estão asseguradas, porque envolve continuidade administrativa, equipe qualificada, recursos diversos, inserção na agenda do governo municipal, capacidade de articulação com outras instituições locais, movimentos sociais, órgãos públicos e instituições culturais. Ou seja, é um projeto ambicioso, que a instituição não sustenta sozinha; ele tem que integrar a agenda de governo.

O arquivo pode ser protagonista quando estabelece essas bases e passa a gerar referências para outras instituições. Mas, para isso, precisa cumprir essa dimensão fundamental. Isso se conecta, de alguma forma, ao que respondi anteriormente em relação ao horizonte que tínhamos à época. Ninguém imaginava que seria possível, diante do diagnóstico que fazíamos ali, dar um salto dessa natureza. Mas era preciso começar a desenvolver alguns projetos básicos, tendo em vista esse horizonte e um projeto institucional mais amplo.

Vale acrescentar que protagonismos são construções históricas e políticas dependentes de condições, escolhas e projetos. Envolvem o reconhecimento, pela instituição, do lugar que ocupa, mas dependem também de diversos outros aspectos que ela não controla. Mas, no caso do Arquivo da Cidade, há um potencial muito forte, e foi isso que mencionei naquela entrevista, sem explicitar: a capacidade que eu via no arquivo, considerando a prioridade que acabei de mencionar, de liderar uma discussão arquivística na cidade do Rio de Janeiro. É um protagonismo que envolve essa relação entre arquivo, cidade e territorialidade.

O Rio de Janeiro tem essa característica muito particular: é uma cidade com enorme concentração de arquivos, acervos arquivísticos, centros de documentação, serviços de arquivos diversos, instituições de memória com arquivos. Não me refiro apenas aos arquivos públicos em sentido estrito, mas também aos acervos arquivísticos localizados em museus, bibliotecas,

universidades, instituições científicas e entidades culturais. Aliás, organizamos um seminário sobre o tema no Arquivo da Cidade, não exatamente com a configuração que estou apresentando agora, mas que abriu uma discussão interessante. Na ocasião, me dei conta, por exemplo, da quantidade de arquivos existentes nos museus da cidade do Rio de Janeiro.

Essa concentração, portanto, não é casual; relaciona-se diretamente com a história da cidade. O Rio foi capital colonial, capital do Império, capital da República, Distrito Federal, Estado da Guanabara e, agora, capital do Estado do Rio de Janeiro. É uma trajetória que produziu uma sedimentação institucional e documental relevante. A cidade concentrou funções de governo, administração, diplomacia, cultura, ciência, vida intelectual, vida política. Isso produz documentos, instituições e acervos de uma maneira muito especial.

Comecei a pensar no Rio de Janeiro como território arquivístico. A ideia de território, aqui, não se limita ao espaço físico. Território envolve poder, memória, pertencimento, reconhecimento, disputa, formas de presença social, mas também ausências e esquecimentos. Um território é também aquilo que foi ocupado, governado, nomeado, classificado, narrado, documentado e, muitas vezes, desocupado violentamente. Nesse sentido, o Rio não é apenas uma cidade onde existem muitos arquivos; ela produziu uma densidade arquivística singular.

Não por acaso, me considero apaixonado por essa discussão do Rio de Janeiro. Essa ideia estava no nosso horizonte e apontava para outra forma de protagonismo. É isso que lamento não ter desenvolvido naquela entrevista. Talvez o Rio seja um dos municípios brasileiros com maior concentração de instituições e acervos arquivísticos. Essa hipótese, claro, exigiria um levantamento empírico mais preciso, mas é bastante plausível quando olhamos para a trajetória da cidade e para o que já conhecemos a olho nu.

E essa densidade é multiescalar, porque, no mesmo território municipal, convivem arquivos ligados a diversos segmentos. Ou seja, é um município, mas a sua memória arquivística, a do território, ultrapassa a escala municipal. Isso talvez permita pensar a cidade como uma espécie de ecossistema arquivístico urbano, formado por instituições muito diferentes, com distintos regimes de custódia, níveis de tratamento técnico, condições de acesso, recursos, visibilidade e reconhecimento público.

Mas isso não é uma leitura celebratória. Essa concentração de arquivos não significa necessariamente integração. Essa densidade arquivística, que parece ser muito singular, ao mesmo tempo convive com dispersão, com fragilidades políticas e institucionais, desigualdade de recursos, lacunas de tratamento técnico e dificuldades de acesso e de visibilidade dos acervos.

A categoria de território, quando pensamos a política – não apenas a municipal, mas também a política nacional de arquivos –, desloca a pergunta. Em vez de perguntar apenas “quantos arquivos existem no Rio?”, podemos perguntar: quantas territorialidades esses arquivos expressam? Que memórias tornam visíveis? Que relações entre poder, cidade e sociedade documentam? Que experiências urbanas preservam? Que grupos, bairros, instituições ou movimentos aparecem pouco ou permanecem invisíveis?

Numa cidade como o Rio, marcada por desigualdades profundas, remoções, disputas urbanas e muitas transformações violentas no espaço, mas também por uma grande produção cultural e política, os arquivos participam, de alguma maneira, da forma como essa cidade pode ser conhecida, narrada, disputada e reivindicada.

Eu tinha muito presente essa ideia de que o Arquivo Geral pudesse ser um ator nessa reflexão sem, em nenhum momento, abdicar de sua função fundamental. É claro que essa função é gerir e preservar os documentos da administração municipal, mas talvez o Arquivo possa, além disso ou paralelamente, se tiver capacidade institucional, reconhecer e mobilizar isso que estou chamando de território arquivístico urbano. Não no sentido de liderar os demais arquivos ou de substituir a autonomia das instituições, mas de atuar como referência, como articulador, como ponto de inteligibilidade para a memória documental da cidade.

Ou seja, tornar visível aquilo que denomino ecossistema. Não se trata de fazer isso sozinho, mas de atuar em rede para mapear essas instituições, identificar lacunas, estimular cooperações e apoiar iniciativas. Não como ação isolada da instituição, mas como uma forma de articulação política – aliás, uma forma positiva de articulação arquivística. Esse protagonismo não envolveria nenhum tipo de centralização. Sua força estaria na capacidade de articular essa rede plural de memórias arquivísticas, em razão da posição singular do Arquivo, de sua escala municipal e da própria posição da cidade.

O arquivo poderia atuar como um mediador numa iniciativa desse tipo, um protagonista nesse sentido, aproximando essas dimensões. Entendo que o Rio é um território arquivístico denso. Isso ainda não foi, de maneira mais explícita, discutido e problematizado.

E o Arquivo poderia contribuir. A universidade tem um papel importante, porque essa temática pode se desdobrar em teses e pesquisas, ajudando a transformar essa densidade em reconhecimento público, cooperação institucional, ação cultural, ação educativa e ação cidadã. Trata-se de pensar o Rio de Janeiro como território arquivístico e como parte da infraestrutura pública, social e cultural da cidade, porque essas instituições não se falam.

Recordo-me desse seminário sobre os arquivos no Rio de Janeiro. Foi nesse contexto que essa questão começou a se delinear com mais clareza, especialmente em uma sessão sobre museus, na qual se evidenciou a quantidade expressiva de arquivos e coleções existentes nessas instituições. A presença de arquivos privados e coleções em museus, muitos dos quais localizados no Rio de Janeiro, é impressionante, e talvez nem mesmo o Ministério da Cultura tenha plena dimensão dessa realidade.

Ainda não temos um mapa da pluralidade arquivística do Rio de Janeiro, cidade que considero um território arquivístico singular no país. Em algum momento, o Arquivo da Cidade poderia exercer um papel estratégico nesse processo, não para realizá-lo sozinho, mas para contribuir para o reconhecimento, a articulação e a mobilização dessa rede, bem como para a constituição de uma rede de acervos.

Diogo Pereira: Professor, eu tenho mais uma pergunta aqui. Como você avalia, no cenário atual brasileiro, os requisitos fundamentais para que se estruture uma política pública de arquivos que propicie continuidade, coordenação institucional e resultados duradouros?

José Maria Jardim: Diogo, espero que esse seja um seminário que o Arquivo da Cidade venha a fazer em breve, porque realmente é uma agenda importante.

Há uma distinção fundamental, relacionada à trajetória brasileira nesse campo: sistema de arquivos não é sinônimo de política pública de arquivos. A existência de instituições, conselhos e normas é indispensável, mas esse conjunto de instâncias não substitui a formulação explícita de uma política pública. Uma política pública precisa dizer com clareza: os objetivos são esses, os princípios são esses, as prioridades são essas, os instrumentos são esses, a

instância responsável é essa, os corresponsáveis são esses, os recursos são esses, os mecanismos de acompanhamento são esses.

Sem isso, corremos o risco de chamar de política aquilo que, na prática, é apenas um arranjo institucional ou, ainda, um conjunto de normas dispersas. No caso brasileiro, isso é muito importante porque temos uma longa tradição de pensar a questão arquivística a partir de sistemas, mas muitas vezes a política fica obscurecida por essa arquitetura sistêmica. De certa forma, essa pode ser uma arquitetura interessante, desde que não caia naquela morfologia perversa de órgão central, órgão setorial e órgão seccional, derivada do Decreto-Lei nº 200, de 1967^{vii}, ainda em vigor e que é um resquício da ditadura civil-militar brasileira. Mas, enfim, o sistema, uma rede ou um programa podem ser instrumentos de implementação da política, mas não definem nem formulam, por si só, a política. Há uma enorme dificuldade ainda em entender isso. Esse é um primeiro ponto.

Isso nos leva, portanto, à questão da definição clara da política. O que ela pretende enfrentar? Quais são as prioridades? Que compromissos são assumidos em relação à gestão de documentos, à preservação, ao acesso, à memória social, à preservação digital, aos direitos de cidadania? Qual é o universo dessa política? É uma política do Poder Executivo municipal? Uma política do Poder Executivo municipal é diferente de uma política municipal, porque envolve um universo mais amplo. Isso pode envolver os arquivos do Legislativo municipal e a articulação com outras instituições da cidade.

Portanto, a clareza institucional é um requisito. Embora isso pareça óbvio, precisa ser explicitado. Trata-se, sobretudo, de delimitar as competências entre formulação, coordenação, execução e avaliação, quando essa etapa é alcançada. Porque há muita imprecisão nas relações, por exemplo, no plano nacional, entre CONARQ, Arquivo Nacional e SINAR^{viii}. Isso aparece, agora, em

muitas propostas da 2ª Conferência Nacional de Arquivos^{ix}. Há propostas que delegam ao SINAR questões que competem ao CONARQ, ou vice-versa. Há propostas dirigidas ao Arquivo Nacional quando deveriam ser dirigidas ao CONARQ.

Temos um problema sério nesse sentido. Se isso não está claro para a comunidade arquivística, por quê? E não é simples também, porque essa arquitetura institucional é realmente complexa.

Essa clareza institucional exige definir as funções dos sujeitos envolvidos nessa política, tanto os sujeitos do Estado quanto os sujeitos sociais. Significa não confundir formulação de política com execução administrativa, para não perder densidade política e clareza institucional. E, no caso nacional, há a questão da coordenação federativa. Porque uma política envolve União, estados, Distrito Federal, municípios, diferentes níveis, órgãos setoriais. Tem que haver uma pactuação federativa cujas bases estão estabelecidas pela Constituição. E isso precisa ser resolvido numa política dessa natureza. Há várias políticas que já equacionaram essa questão; não existe um impasse nesse sentido, mas formulações específicas e possibilidades dentro desse pacto constitucional. Isso, porém, não é claro quando se discute política pública arquivística no Brasil.

A própria formulação do SINAR passa ao largo desse pacto federativo. Embora seja criado por lei, sua regulamentação se dá por decreto^x. E esse decreto uniformiza realidades muito distintas entre União, estados e municípios. Isso é grave, porque a realidade arquivística brasileira é profundamente desigual: no país, nos estados e, por exemplo, em uma cidade como o Rio de Janeiro.

Qualquer política arquivística tem que ser construída a partir do reconhecimento das assimetrias, com base em dados e diagnósticos. Essa é

outra lacuna de produção de conhecimento que temos. Construímos muitas metodologias de diagnóstico, e isso foi um grande avanço, mas percebo uma falta de produção de conhecimento mais estruturado, mais denso, voltado para a construção de bases informacionais e metodológicas que sustentem essas políticas. Há um vazio nesse sentido. Portanto, não se pode fazer política pública sem dados, de tal modo que não se pode fazer política de saúde sem dados sobre saúde no Brasil, dados dos mais diversos, mesmo que isso seja setorial.

Sabemos, de antemão, que a realidade é muito assimétrica. Mas que assimetria é essa? Que política será construída para dar conta dela? Não se pode homogeneizar. Esse é o delírio sistêmico que deriva dos sistemas do Decreto-Lei 200, herança da ditadura civil-militar, como comentado anteriormente. Constrói-se um sistema para homogeneizar diferenças, o que é muito autoritário, e não para compatibilizá-las. Assim, se estabelece aquela lógica de órgão central como um Vaticano, órgão setorial como arcebispado e órgão seccional como paróquia, como se as normas devessem sair do Vaticano. Isso não é sistema; é uma estrutura piramidal. Até porque o sistema não tem centro nem periferia. Portanto, isso não resiste às primeiras páginas da Teoria Geral dos Sistemas^{xi}.

Essa questão exige muita produção de conhecimento e a integração de dimensões que, muitas vezes, são tratadas de maneira muito fragmentada. Parece incrível, mas ainda há muita fragmentação, como se gestão de documentos e difusão cultural fossem universos paralelos. Quando se faz um trabalho sobre mediação cultural, por exemplo, que é importante, dá a impressão de que isso está num mundo paralelo, como se não se conectasse a outras dimensões. Não é necessário dar conta de tudo isso numa tese sobre mediação, mas não se deveria deixar de reconhecer em que contexto isso se estabelece.

Se estamos pensando em mediação cultural, por exemplo, em que recolhimento ela se apoia? O recolhimento deixou de ser o centro do debate. Não se fala mais em recolhimento, que era o pilar da autoridade arquivística para recompor o déficit arquivístico das instituições. Constatamos trabalhos excelentes sobre mediação cultural, mas muitos parecem estar em um satélite. É possível fazer mediação cultural com fundos fechados há 50 anos, sem dúvida. Mas, como prática social, esse exercício de mediação cultural precisa ser nutrido por quê? Pelo recolhimento, que depende da gestão de documentos. Isso é óbvio, mas, quando não fica explicitado e as conexões não são estudadas, perde-se essa articulação.

Outro ponto de grande carência é o monitoramento e a avaliação dessas políticas, que precisam contar com mecanismos de acompanhamento. Quais são os indicadores? E isso tem a ver com aqueles diagnósticos, porque, para acompanhar, são necessários diagnósticos periódicos, metas realistas e instâncias de revisão. De onde o formulador de política pública tira isso? Em todas as políticas públicas consistentes que o Brasil tem, é a academia que produz. É a academia que produz conhecimento para subsidiar o formulador de políticas públicas. Estamos sem esse tipo de produção de conhecimento. Sei que não é fácil, mas não temos essa munição.

Mesmo que se estabeleça um pacto para separar o que é política do que não é política e tirar isso do chão, ainda teremos de lidar com um déficit de conhecimento. Esse déficit teria que ser reconhecido como um tema de interesse para a pesquisa na área.

E, evidentemente, outro tópico, como em qualquer política pública, é a participação social. Como ela é qualificada? Como lidar com critérios claros para enfrentar conflitos, prioridades, lacunas, demandas? Porque política

pública é disputa. Coloca-se na agenda aquilo que os grupos envolvidos nesse processo conseguem aprovar. Nem tudo vira política pública. Conferências como a que teremos agora^{xii}, quando são realmente bem utilizadas, não significam que tudo o que é aprovado será incorporado à política pública. Há uma disputa na aprovação e outra disputa naquilo que efetivamente vira política pública. Na primeira conferência^{xiii}, não vi desdobramentos. O Conselho Nacional de Arquivos ignorou solenemente.

Vamos ver o que acontece com a segunda. Bom, em síntese, é isso. Uma política pública de arquivos precisa articular essas três dimensões: direção política, arquitetura institucional e capacidade de implementação. Levantamos voo belamente com isso até o início dos anos 90. Mas essa pauta, inclusive como pauta de pesquisa, ficou periférica – para usar novamente o termo – nas nossas agendas de pesquisa.

Angelica Marques: Por fim, professor, considerando que esta entrevista será publicada no dossiê intitulado “Arquivologia na contemporaneidade: gestão, preservação e acesso aos documentos de arquivo”, qual seria a sua mensagem para quem gerencia, quem ensina e quem pesquisa Arquivologia no Rio de Janeiro, e no Brasil como um todo, pensando nos desafios de gestão e preservação arquivística de documentos hoje?

José Maria Jardim: Professora Angelica, essa é uma questão que só posso responder com muito cuidado e sem nenhuma intenção prescritiva. O que posso compartilhar aqui são minhas angústias. Penso que, antes de tudo, é importante, em qualquer desses níveis – gestão, ensino e pesquisa –, refletir sobre a responsabilidade pública da Arquivologia. Quem está à frente da gestão de arquivos públicos e privados se vê confrontado com tarefas de grande responsabilidade, como administrar acervos, serviços, depósitos e rotinas técnicas cada vez mais complexas. Mas gerenciar arquivos,

especialmente arquivos públicos, implica administrar condições de acesso nem sempre efetivas na prática, ainda que estejam asseguradas legalmente, e, por meio delas, o acesso a direitos sociais, à memória, à transparência e à continuidade institucional.

Isso é ainda mais importante no cenário atual. Como já comentei anteriormente, a produção documental é cada vez mais digital, dispersa, instável e dependente de sistemas tecnológicos. Esses sistemas proporcionam possibilidades incríveis, mas também geram uma série de questões em termos arquivísticos.

Portanto, se os arquivos forem tratados como uma atividade residual da administração, sabemos que se chega tarde demais. Tarde para garantir autenticidade, preservar documentos, assegurar acesso, proteger direitos, responsabilizar o Estado e garantir direitos sociais. Para quem gerencia, o desafio é muito grande, porque é preciso, e não há fórmula para isso, buscar inserir os arquivos no centro da gestão pública, dos processos de transformação digital, da transparência e da preservação da memória. Nem sempre a formação profissional na graduação garante essa dimensão. Isso não é fácil. Trata-se de gerenciar com a perspectiva de que o arquivo público, sobretudo, é infraestrutura do Estado e da sociedade, embora o Estado nem sempre reconheça isso.

Costumava afirmar isso quando começamos a trabalhar com gestão de documentos no Brasil, porque, internacionalmente, a gestão de documentos nasce a partir de demandas da administração pública. Aqui no Brasil, tínhamos que levar a ideia de gestão de documentos e convencer o administrador – e ainda temos de fazê-lo – de que aqueles procedimentos beneficiariam a gestão e o processo decisório. Isso é muito diferente no Brasil e na América Latina, de

maneira geral. Esse quadro impõe uma série de desafios para a formação, a capacitação contínua e a produção de conhecimento de quem gerencia.

Também falta literatura na área de gestão arquivística, e não apenas no Brasil. Sempre me dediquei ao ensino da disciplina Gestão de Instituições e Serviços Arquivísticos, e encontrar literatura arquivística específica para ministrar essa disciplina sempre foi um problema. Busquei alternativas muito interessantes, pois o Rio de Janeiro reúne muitas instituições e serviços arquivísticos. Realizava seminários de gestão de serviços a partir de parâmetros encontrados na literatura de gestão em geral, adaptando-os ao contexto dos arquivos. Isso era muito rico, mas a literatura específica ainda faz falta. Há um *gap*, um vazio de produção de conhecimento nessa área.

Outra questão, para quem ensina Arquivologia, é o desafio constante de formar profissionais sólidos, tanto como arquivistas quanto como cidadãos, capazes de compreender a complexidade histórica, institucional, social e tecnológica em que os documentos são produzidos, usados, preservados, disputados e solicitados pela sociedade e pelos usuários de maneira geral.

Essa formação tem que dar conta do domínio dos procedimentos, das normas, mas precisa também formar profissionais capazes de entender a sociedade em que vivem. A relação entre Estado e sociedade. Que Estado é esse? Que políticas públicas são essas? Que direitos são esses aos quais estamos nos referindo aqui? Como foram conquistados recentemente? Como estão sendo ameaçados hoje? Como atuam as tecnologias e as instituições públicas e privadas? Que conflitos sociais atravessam direta ou indiretamente os arquivos? E, também, a própria trajetória histórica da Arquivologia.

O ensino não pode se desligar da pesquisa. Quem ensina precisa pesquisar ou, pelo menos, estar profundamente conectado à produção de conhecimento da

área, para não correr o risco de formar profissionais com referências estáticas para um mundo em constante modificação ou de reproduzir respostas antigas para problemas que já mudaram de natureza.

E a pesquisa? Como em qualquer campo, ela requer conhecimento crítico e teoricamente consistente: uma pesquisa que ajude a Arquivologia a compreender melhor os seus objetos e processos, que não estão dados nem parados no tempo, e que considere a sua diversidade documental e informacional, sua história – volto a essa questão –, seus atores sociais e os desafios contemporâneos.

É muito difícil formar hoje um arquivista. Estudar Arquivologia hoje, ensinar Arquivologia hoje e pesquisar Arquivologia hoje é muito mais interessante do que já foi. Mas, sobretudo, é muito difícil conciliar tudo isso, pela dinâmica do próprio campo. Retomo a questão do ensino porque é nele que essa dinâmica se manifesta de forma mais direta, especialmente diante de uma geração formada no mundo das redes. Essa geração apresenta demandas específicas, que já precisam ser enfrentadas de maneira cuidadosa.

Ainda sobre a pesquisa, penso que, no caso brasileiro, alguns temas são especialmente relevantes. E, com isso, não quero colocar a pesquisa e a universidade num altar sagrado. Sou de uma geração que viu a pesquisa e o ensino na área tomarem mais corpo e se tornarem mais robustos, tanto na graduação quanto na pós-graduação. E pude acompanhar, também, como a nossa produção forneceu e fornece pautas para o debate arquivístico brasileiro.

A pesquisa tem essa função. Perdemos determinadas pautas, ou elas ficaram insuficientemente contempladas, em parte por causa da situação das instituições arquivísticas, como o próprio Arquivo Nacional, o Conselho Nacional de Arquivos e assim por diante. Mas essa reflexão precisa ser

retomada. Tomara que a Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia^{xiv} – uma iniciativa importante que o campo criou justamente naquele momento em que nos sentíamos assim e que precisamos resgatar – recupere esse debate sobre a nossa função social na produção do conhecimento. Há aí um papel fundamental neste momento, não apenas diante do quadro que vivemos, mas também no reconhecimento – sem arrogância e dentro dos nossos próprios limites -- da importância da pesquisa para pautar os grandes debates do campo. E essa é uma experiência histórica que a área já possui.

Essa pesquisa com densidade teórica, que busca esclarecer problemas diversos, que pensa com rigor, mas sem perder de vista os problemas mais diversos que envolvem o campo arquivístico, é absolutamente fundamental. Em síntese, a Arquivologia não pode renunciar à crescente complexidade de seus objetos e problemas. Aliás, é justamente isso que há de mais instigante no campo. Mas essa complexidade só pode ser reconhecida se o jovem pesquisador conhece a história do campo; caso contrário, corre o risco de banalizá-la. Por isso, considero fundamental o trabalho com a história da Arquivologia.

Temos uma história muito importante e recente do cenário arquivístico. Quer dizer, temos uma história longa, mas, nos últimos 40 anos, entre altos e baixos, contradições, confrontos, dissidências, dissonâncias e convergências, há uma intensidade muito significativa. O jovem pesquisador sai da graduação ou está fazendo seu mestrado, seu doutorado; a amplitude de sua reflexão será mais robusta se ele conhecer essa história.

A crescente complexidade dos objetos e problemas pode ser banalizada na ausência de conhecimento histórico do campo. A Arquivologia dialoga, portanto, com várias áreas – História, Administração, Direito, Ciência da Informação, Políticas Públicas e Ciências Sociais –, mas sem se esconder sob nenhuma delas. A Arquivologia tem questões próprias, responsabilidades

próprias e uma contribuição específica a oferecer. Não pode renunciar à sua dimensão técnico-científica, assim como não pode se esconder atrás de nenhum desses campos.

Os desafios atuais exigem, na pesquisa, no ensino e na gestão, uma combinação difícil: competência técnico-científica, responsabilidade gerencial e imaginação política. Competência técnico-científica para enfrentar a complexidade documental e arquivística contemporânea. Responsabilidade gerencial para compreender que os arquivos são parte da infraestrutura democrática, são uma questão técnico-científica, mas também uma questão política. Devo acrescentar, ainda, a imaginação política para não aceitar que os arquivos continuem sendo tratados como estruturas periféricas, pois estão no centro da relação entre Estado, sociedade, memória, direitos e acesso à informação, e, portanto, no centro do debate democrático.

Desse modo, quem gerencia, quem ensina e quem pesquisa é confrontado (ou desafiado) a assumir que a área tem hoje uma responsabilidade decisiva: dar conta da preservação e do acesso, mas também disputar e transformar a sua própria história como área de conhecimento. Para terminar, basicamente seria isso: reconhecer a responsabilidade pública da Arquivologia, o que já é uma enorme tarefa.

Angelica Marques: E reconhecer a nossa identidade como arquivistas, os nossos múltiplos papéis entre profissionais que estão na linha de frente da gestão, da preservação, do ensino, da pesquisa. E reconhecendo, considero que todo esse legado que você, professor, nos oportuniza a conhecer, claro, não todo ele, mas parte dele, por meio dessa história dos arquivos e da Arquivologia que você compartilha conosco.

Mais uma vez, muito obrigada pela sua disponibilidade; também obrigada ao Diogo por essa parceria. Quando a gente promove esse diálogo entre professor e discente, orientando e orientador, eu acho que a gente torna essa parceria ainda mais viva e mais profícua. Então também agradeço ao Diogo pela parceria. Muito obrigada.

José Maria Jardim: Agradeço a vocês dois pela oportunidade. Essas perguntas me fizeram percorrer caminhos que eu não havia imaginado, mas que foram muito produtivos. Desculpem-me se me alonguei em alguns momentos. Permaneço à disposição para alguma questão adicional e para o que for necessário. Muito obrigado pelo convite. Adorei estar com vocês, duas pessoas pelas quais tenho muita admiração e que fazem parte desse caminho.

Diogo Pereira: Também quero agradecer à professora Angelica. Sempre que surge alguma oportunidade, faço questão de chamá-la para estar junto. Angelica, como eu disse, além de orientadora, é uma amiga, uma pessoa muito querida.

Professor, quanto aprendizado em sua fala, em sua exposição. É uma sorte nossa, um privilégio poder ouvi-lo, e também dos nossos leitores, que poderão mais tarde acompanhar esta entrevista e lê-la em nosso dossiê. Quero agradecer a sua disponibilidade em compartilhar sua experiência, vivência e trajetória, não só em meu nome, mas também em nome da Revista do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro e da instituição.

Fica aqui o convite para que venha nos visitar, ou melhor, revisitar. O Arquivo da Cidade está de portas abertas para recebê-lo, seja para uma visita, uma aula, uma palestra ou até mesmo para tomar um cafezinho. Será um prazer.

José Maria Jardim: Agradeço o convite, farei certamente uma visita ao Arquivo.

Angelica Marques: E olha que é um dos melhores cafezinhos que eu já tomei, viu professor? Porque é café com afeto.

José Maria Jardim: O Arquivo da Cidade sempre foi uma instituição muito acolhedora, aliás, constato que essa tradição continua preservada.

ⁱ Antonio Houaiss, professor, diplomata e filólogo, nasceu no Rio de Janeiro em 15 de outubro de 1915 e faleceu na mesma cidade em 7 de março de 1999. Ver: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Antonio Houaiss: biografia. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/antonio-houaiss/biografia>. Acesso em: 16 jul. 2026.

ⁱⁱ Entrevista concedida por José Maria Jardim a Beatriz Kushnir e Maria Célia Fernandes, posteriormente publicada em: KUSHNIR, Beatriz; HORTA, Sandra (org.). *Memórias do Rio: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em sua trajetória republicana – Depoimentos ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago, 2011. À época, Beatriz Kushnir era Diretora-Geral do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), e Maria Célia Fernandes era professora pesquisadora da instituição. Fonte das informações biográficas: Plataforma Lattes do CNPq.

ⁱⁱⁱ Promulgada em 8 de janeiro de 1991, a Lei nº 8.159, conhecida como Lei de Arquivos, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e constitui uma das bases da legislação arquivística brasileira. Ver: BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 16 jul. 2026

^{iv} A preocupação do professor José Maria Jardim com a falta de profissionais especializados nos arquivos públicos aparece em diferentes momentos de sua trajetória. No Arquivo Nacional, onde dirigiu a Divisão de Pré-Arquivo, em entrevista concedida ao jornalista Alexandre Medeiros, Jardim destacou a desorganização dos arquivos federais, as dificuldades de acesso à informação, bem como a necessidade de modernizar a gestão de documentos. Anos depois, à frente do Arquivo Geral da Cidade do Rio de

Janeiro, se deparou com uma situação semelhante, pois havia funcionários dedicados, mas nenhum arquivista no quadro. Jardim recordou que mencionou esse problema ao *Jornal do Brasil* e que a repercussão da entrevista chegou ao prefeito César Maia, o que pareceu como uma oportunidade para reforçar a necessidade de realização de concurso. Pouco tempo depois, em um artigo de opinião de sua autoria, publicado no próprio jornal, evidenciou como avanço “a aprovação recente de concurso para arquivistas e bibliotecários pela prefeitura e a constituição de um projeto de lei de arquivos e direito à informação constituem passos estimulantes”. Sobre isso ver: MEDEIROS, Alexandre. “Estudo prova descaso pela memória”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 set. 1990, ed. 00147. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_11/19814. Acesso em: 14 ago. 2026; JARDIM, José Maria. “A memória silenciada”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1993, Seção Opinião, ed. 00063, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_11/113690. Acesso em: 8 ago. 2026.

^v Maria Odila Kahl Fonseca, graduada em História, era mestre e doutora em Ciência da Informação e professora do curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua produção é referência na área, especialmente pelos estudos sobre o direito à informação e as relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação. Ver: Plataforma Lattes do CNPq; FONSECA, Maria Odila Kahl. *Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares*. 2004. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

^{vi} Michel Duchein, arquivista francês de reconhecimento internacional, destacou-se especialmente por seus estudos e conhecimentos sobre arquitetura de edifícios e instalações de arquivos. Realizou quatro visitas técnicas ao Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Ver:

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Contribuições francesas para a institucionalização da Arquivologia brasileira. Rio de Janeiro: IBICT, 2021. (Coleção PPGCI 50 anos). Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1224>. Acesso em: 07 ago. 2026.

vii BRASIL. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em 08 ago. 2026.

viii SINAR é o Sistema Nacional de Arquivos, criado em 1978 pelo Decreto n. 82.308 e “recriado” pela Lei 8.159/91, tem por objetivo implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, buscando garantir sua gestão, preservação e acesso. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). SINAR: Sistema Nacional de Arquivos. Brasília, DF: CONARQ, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/conexoes/sinar>. Acesso em: 17 ago. 2026

ix A 2ª CNARq aconteceu em Brasília (DF), de 26 a 28 de maio de 2026, promovida pelo Arquivo Nacional e pelo Conarq, Uma análise das propostas do evento foi realizada pelo Prof. Jardim: O Caderno de Propostas da 2ª Conferência Nacional de Arquivos: quando sistematizar também é decidir. Um olhar preliminar Acesso em 07 ago. 2026.

x BRASIL. Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm Acesso em 7 ago. 2026.

xi Em sua obra *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*, José Maria Jardim

utiliza a teoria dos sistemas de Ludwig von Bertalanffy para fundamentar a compreensão das organizações e dos sistemas arquivísticos. A Teoria Geral dos Sistemas (TGS) é, assim, entendida como “[...] uma linguagem unificadora para o entendimento da complexidade, inclusive da ciência. Tendo como objeto ‘a formulação de princípios válidos para os ‘sistemas’ em geral, qualquer que seja a natureza dos elementos que os compõem e as relações de força existentes entre eles’, a TGS se autodenomina ‘uma ciência geral da ‘totalidade’”. Sobre a Teoria Geral dos Sistemas, ver Bertalanffy apud Jardim (1995, p. 8). Ver: BERTALANFFY, Ludwig von. Teoria dos sistemas. Rio de Janeiro: FGV, 1976; JARDIM, José Maria. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1995.

xii O Prof. Jardim novamente se referiu à 2ª CNARq (2026).

xiii A 1ª CNARq ocorreu em 2011, em Brasília, com o título “Por uma política nacional de arquivos”, reuniu representantes para elaborar diretrizes para uma política pública focada no fortalecimento das instituições, na gestão de documentos, na preservação e acesso aos arquivos públicos e privados. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). 1ª Conferência Nacional de Arquivos- CNARq: por uma política nacional de arquivos. Arquivo Nacional. Brasília: 2012. 110p. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Relatorio_cnarq_completo.pdf Acesso em: 17 ago 2026.

xiv A Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) teve sua primeira edição em 2010, na cidade de Brasília, e atualmente é bienal. Organizada pelo Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa (FENEP) o evento reúne profissionais, professores e estudantes para debater sobre o fortalecimento ensino, da pesquisa e de práticas arquivísticas no Brasil.